

A TRANSIÇÃO BRASILEIRA E SUAS PROBLEMÁTICAS NO JORNAL O ESTADO DO MARANHÃO (1985-1989)

Marcos Paulo Teixeira

A política brasileira no ano de 1964 vivenciou um dos momentos mais intensos de sua história republicana. Os vários atores inseridos no contexto do Golpe Empresarial-Militar¹ presenciaram a ruptura da Democracia e a imposição de um Regime Ditatorial. Iniciado com a deposição do então Presidente João Goulart, o regime democrático só seria reinstaurado em 1985, através de uma eleição indireta que elegeu um presidente civil após 21 anos de Ditadura, que marcou profundamente a sociedade brasileira.

Os principais autores enfatizam o quanto o período do governo João Goulart foi intenso, em termos políticos; segundo o autor Daniel Aarão Reis Filho, com a renúncia do então presidente Janio Quadros em 1961, a posse do vice João Goulart foi vista com maus olhos por parte significativa da classe dominante brasileira, impedindo a posse do mesmo através principalmente da ação dos ministros militares. Para garantir Jango na presidência, em meio a muita pressão, principalmente de Leonel Brizola então governador do estado do Rio Grande Do Sul, foi acertada uma solução de compromisso, assim sendo aprovada a emenda constitucional para a solução do impasse, instaurar-se-ia o regime Parlamentarista no Brasil para que o então vice-presidente João Goulart, eleito nas urnas, pudesse enfim assumir a presidência, este governaria com poderes reduzidos, tendo como Primeiro Ministro Tancredo Neves.

Com o governo enfraquecido, Jango encontra dificuldade para governar no sistema Parlamentarista. A principal característica de seu governo seriam as lutas pelas Reformas de Base². Segundo Daniel Aarão (2001), é possível identificar o desejo de diversas camadas pelas reformas. Toda essa conjuntura colocava em risco interesses que não eram dos trabalhadores, os conservadores assumiram uma postura mais combativa.

O autor André Villela (2005) afirma que as reformas sociais propostas por Jango possibilitariam, de certa forma, o desenvolvimento brasileiro no sentido de construir uma sociedade menos injusta; ainda segundo o autor, Jango quis programar uma política que tinha como ponto central três objetivos principais: conciliar crescimento econômico, aliado a reformas sociais e o combate a inflação.

A conjuntura de transição na presidência de Castelo à Costa e Silva e, em virtude da doença do último para Médici, colocou à frente do país forças que acreditavam num maior aumento da repressão contra a subversão uma saída para continuidade do Regime. Neste sentido, o aumento da repressão faz-se nos anos subsequentes. O AI-5 representou o ápice da repressão por parte do Regime Militar. As denúncias se multiplicavam, porém, nenhuma resposta era dada a sociedade sobre esses acontecimentos; o que o autor Enrique Serra Padrós classifica ao falar da Doutrina de Segurança Nacional e ao Terror de Estado:

¹ Em sua obra, "*1964: a conquista do Estado. Ação política, poder e golpe de classe*", René Dreifuss analisa a participação dos civis, sendo estes pertencentes ao bloco ligado ao capital multinacional e associado, tanto na conjuntura da deposição do presidente João Goulart, como também na ocupação de cargos-chaves no Governo Militar. Mesmo com uso da denominação de "civis", Dreifuss deixa bem claro que estes eram ligados a setores empresariais e estavam de acordo com os projetos elencados por esse seguimento. Uma parte significativa de pesquisadores, num cunho revisionista tenta utilizar o termo civil para caracterizar uma participação ativa de vários atores da sociedade dentro dessa classe.

² Um conjunto de medidas que visavam a alteração em diversas estruturas no país, a fim de garantir um maior desenvolvimento, com justiça social. Dentre elas encontramos a reforma agrária tida como principal outras como reforma tributária, eleitoral, bancária, universitária.

Em nome da defesa da civilização ocidental e do sistema democrático, a DSN procurou desviar atenções sobre o crescente mal-estar de uma população cada vez mais atingida pelo crescente desequilíbrio da distribuição de renda. Diante dos primeiros sinais de resistência contra esse quadro, a DSN legitimou, em nome do capital internacional e dos seus aliados locais, o uso do Terror de Estado. Tudo justificado com o discurso da defesa da ordem, da estabilidade político-social, da nação ameaçada pelo “comunismo”, das liberdades e da civilização ocidental. (PADRÓS, 2007, p.49).

O medo imposto tanto pela DSN quanto o TED balizaram toda a conjuntura pós 1964. Impondo medo e receio na sociedade com o objetivo de desestabilizar qualquer reação por parte da mesma.

Transição

Já na terceira fase de institucionalização da ditadura encontramos as políticas de distensão, promovidas pelo governo Geisel, como pontua Maria Helena Moreira Alves:

A primeira fase abrangendo os governos castelo branco e costa e silva, lançou as bases do Estado de segurança nacional, corporificado na constituição autoritária de 1967. A segunda, de 1969 a 1973, desenvolveu o modelo econômico e o aparato repressivo, ampliando o quadro legal da repressão, e, na prática, a engrenagem de coerção. Durante os governos Geisel e João Figueiredo, os planejadores do Estado concentraram-se em estruturas mais permanentes e flexíveis para a institucionalização do estado em longo prazo. (ALVES. 1985, p.185)

A partir de da década de 70 e 80, vemos que a ditadura brasileira enfrenta algumas crises, não só no Brasil como em todo cone sul, vive-se um momento de intensos movimentos rumo à redemocratização. Os aspectos dessa crise são trabalhos de alguns autores como Francisco Carlos Teixeira, que estuda as dinâmicas de mudanças tanto no leste europeu, quanto na subida de Jimmy Carter a presidência dos EUA. Embora esse processo ganhe corpo com essas mudanças estruturais, o autor não deixa de citar que a luta pelo retorno a democracia sempre existiu nos países latino-americanos.

Nesse contexto, o historiador Renato Lemos, lança mão sobre questões importantes a respeito da nossa história republicana a despeito da concessão de anistia, como autor pontuou, no Brasil a anistia é sempre ligada à manutenção da ordem. A tradição concilia sempre a preservação dos interesses da classe dominante. Com relação a Abertura ele cita:

Integrou a agenda de micro transformações buscadas desde 1973 por lideranças militares e civis do governo: ampliação do leque de opções partidárias, abrandamento da legislação repressiva etc. tratava-se de preparar a transição do regime, não necessariamente para outro qualitativamente diferente, mas para outra forma, que incorporasse novas forças políticas sem descartar a tutela militar. Os limites das reformas foram dados, desde logo, pelo caráter estritamente burguês da direção do processo político. O sentido básico da transição foi preservar as condições da dominação transformadora. (LEMOS. 2002, p. 287-313.)

Outro ponto importante a ser analisado na fase da Transição é o papel que os militares desempenham como já foi pontuado, foram os arquitetos do processo. A influência deles é vista tanto em 1984, quanto nas discussões a respeito da constituinte

brasileira, no governo do civil, José Sarney. A natureza do governo José Sarney advém principalmente da sua capacidade de ser indicado na chapa Tancredo-Sarney, sendo que, com a morte de Tancredo assume o vice, mesmo neste momento com uma crise de legitimidade, as forças armadas atuam neste sentido para dar a legitimidade necessária para que ele assuma como pontuam Celso Castro e Maria Celina D'Araujo:

A legitimidade da posse de Sarney fora questionada nos primeiros momentos após a doença de Tancredo, e o ministro do exercito, general Leônidas pires Gonçalves, tivera importante atuação na defesa da interpretação de que a constituição determinava a posse do vice, mesmo antes da posse do presidente eleito. (Castro. D'Araujo. 2006. p.24)

O governo Sarney é marcado por uma falta de unidade política, com uma imensa disputa entre os projetos políticos, bem como crises que se refletiam nas orientações econômicas. As crises econômicas do seu governo influenciaram diretamente sua falta de popularidade no fim do mandato, Sarney saiu da presidência com mais poderes que entrou e tornou-se uma das mais fortes lideranças políticas do nordeste.

Jornal ou Partido Político?

Nas análises, tanto das reportagens quanto dos editoriais, cada temática fornece determinadas peculiaridades. Dentro do recorte temporal encontramos o primeiro governo Civil, eleito indiretamente, cujas bases remontam ao período anterior, ou seja, a Ditadura Empresarial-Militar Brasileira assumem uma relevância muito grande.

Na conjuntura do pensador italiano Antonio Gramsci, no que diz respeito a conceitos relacionados ao Estado Ampliado (Sociedade civil + Sociedade política) a “Teoria Ampliada do Estado”, que comportaria duas frações distintas que são colocadas como “Sociedade Civil” e “Sociedade Política”. Essa divisão define quais os limites e ações de cada setor dentro da ampliação do Estado, Carlos Nelson Coutinho sinaliza para o que seriam esses dois conceitos:

Portanto o Estado em sentido amplo “com novas determinações” comporta duas esferas principais: a *sociedade política* (que Gramsci também chama de “Estado em sentido estrito), que é formada pelo conjunto de mecanismos através dos quais a classe dominante detém o monopólio legal da repressão e da violência, e que se identifica com os aparelhos de coerção e controle das burocracias executiva e policial-militar; e a *sociedade civil*, formada precisamente pelo conjunto de organizações responsáveis pela elaboração e/ou difusão das ideologias, compreendendo o sistema escolar, as igrejas, os partidos políticos, os sindicatos, as organizações profissionais, a organização material da cultura (revistas, jornais, editoras, meios de comunicação de massa) etc. (COUTINHO, 1989, p. 77).

Outro ponto importante da sua teoria e quando conceitua o jornal como um Aparelho Privado de Hegemonia³. A colocação dos jornais enquanto Aparelhos Privados de Hegemonia demonstra a imprensa como ferramenta importante na formação do Consenso e na conquista da Hegemonia pela classe dominante. As disputas na busca pelo consenso da sociedade dentro dos periódicos podem ser acompanhadas pelo posicionamento institucional dos jornais, se seus projetos são

³ Para Gramsci, os aparelhos privados de hegemonia constituem-se dentro da sociedade civil, por isso distante da sociedade política, também do Estado e com certa autonomia com relação a ele. Tem por função principal a construção do consenso, com o intuito de tornar o projeto hegemônico mais naturalizado.

hegemônicos ou contra-hegemônicos, e também quanto a sua atuação que segundo Gramsci se assemelha a de um partido político, assumindo essa função em decorrência dos projetos que defende e naturaliza. Este seria o papel do “Estado do Maranhão”, o editorial do periódico indica o posicionamento do jornal com relação aos projetos colocados pelas classes dominantes.

A Transição Política Brasileira foi marcada por uma forte pressão vinda dos setores militares, não a toa, na composição do novo ministério da chapa Tancredo-Sarney, vários nomes são de militares. Neste contexto as análises devem ser compreendidas como sendo um período de transição, como pontuou Juan J. Linz e Alfred Stepan:

a transição brasileira partindo do autoritarismo começou com a posse do general Ernesto Geisel na presidência, em 15 de março de 1974. A partir de sua base no governo, Geisel e seu assessor político mais próximo, o general Golbery do Couto e Silva iniciaram um complexo processo de buscar aliados na sociedade civil, visando a colocar limites a crescente autonomia da comunidade de segurança, que eles consideravam perigosa para os militares como instituição, além de desnecessária, uma vez que todos os movimentos guerrilheiros esquerdistas já haviam sido eliminados.”(LINZ, 1999. p.204-205)

A situação do governo de transição no campo das rupturas foi de certa forma tensionada pela forte pressão que os militares continuavam exercendo, como pontuam Juan J. Linz e Alfred Stepan:

Durante todo o governo do primeiro presidente civil, José Sarney, havia seis ministros militares em seu gabinete. Em diversas ocasiões, os militares tomaram, unilateralmente, a decisão de enviar ou não tropas para debelar greves. Oficiais da ativa continuavam no controle do Serviço Nacional de Inteligência. Nenhum dos controvertidos programas nucleares brasileiro foi discutido no congresso. Os militares tiveram uma atuação de peso na imposição de limites à reforma agrária. A influência militar na assembleia constituinte foi forte suficiente para nos permitir colocar a constituição brasileira em nossa categoria de “uma constituição criada em circunstâncias altamente restritivas, refletindo o poder de *facto* das instituições e forças não democráticas”(LINZ, 1999. p.205-206)

A dinâmica política estadual e os embates entre as forças políticas maranhenses dentro das reportagens e das editoriais ressaltaram um posicionamento muito claro com relação a políticos que compõem dois partidos específicos e que configuram uma aliança nacional, naquele momento, o PMDB e o PFL. Como na reportagem do dia 01/01/1985, a corrida para a disputa a governo do estado já começava, em matéria intitulada “os candidatos” (O Estado do Maranhão. 01/01/1985), figuram Cafeteira (PMDB) e João Alberto (PFL), não somente nessa oportunidade como em muitas outras esses dois vão ter o apoio massivo do jornal, seja quando intuito é espaço, seja na falta de espaço para a oposição.

Esse posicionamento é reforçado pelo próprio presidente da república, José Sarney, “Aliança elegerá Cafeteira. União política no Maranhão é um exemplo para o país, diz José Sarney” (O Estado do Maranhão. 01/05/1986). A dinâmica da política estadual restringiu-se no jornal, a espaços para políticos que estejam ligados a estes dois partidos, todos os projetos, na maioria das vezes, apadrinhando pelo presidente vêm da base aliada ao governo.

Já a Assembleia Legislativa Estadual é palco de disputas que remetem muito a política nacional, esse fluxo aumenta consideravelmente quando a constituinte é

convocada, onde muitas vezes se confunde também o posicionamento do periódico, do grupo político e do presidente. Um exemplo que deixa bem clara essa relação foi caso do Parlamentarismo, que tinha grandes chances de ser aprovado na constituinte e que foi descartado pelo grupo político do presidente. Tanto o governador, quanto vários deputados repudia a alternativa do parlamentarismo: **“não a tese do parlamentarismo. Cafeteira diz que parlamentarismo só com referendo popular” (O Estado do Maranhão. 03/09/1987).**

O sistema Parlamentarista foi visto pelo governo como uma ameaça a toda ordem imposta, não só pelo governo, como exemplifica Brasílio Sallum:

Os interesses vinculados a preservação do presidencialismo não se resumiam as do presidente Sarney, ansioso por conservar seu mandato na inteireza, ou dos governadores de estado, com todos os poderes de costume. Na verdade um novo sistema de governo mudaria os horizontes de milhares de participantes da “classe política”, cujos interesses políticos se organizavam segundo uma matriz presidencialista” (SALLUM, 1999. P.145)

Ainda no contexto da transição, a Constituinte Brasileira foi marcada por fortes grupos de pressão. O período da Constituinte contou com a pressão também dos militares, que como já foi citado anteriormente, ainda continuaram em alguns ministérios no governo de Sarney.

Tanto as reportagens quanto os editoriais direcionam-se para a importância e a participação de todos na construção da carta magna, diversos grupos são inseridos na discussão, dando sempre a entender que todo o povo representar-se-ia na nova carta. Processo que começou em 1985, com a primeira notícia, do ainda Tancredo, fixando suas metas: **“Tancredo define mudanças: 1º) a constituinte vira em 1986” (O Estado do Maranhão. 12/02/1985).** Todo o processo estendeu-se até o ano de 1988, quando enfim: **“Sarney promulga a Constituição” (O Estado do Maranhão. 15/10/1988).** O processo da qual nossa constituição resultou é bem mais complexo STEPAN e LINZ citam:

A influencia militar na assembléia constituinte foi forte o suficiente para nos permitir colocar a constituição brasileira em nossa categoria de “uma constituição criada em circunstancias altamente restritiva, refletindo o poder de *facto* das instituições e forças não-democráticas”(LINZ. 1999. P.205, 206)

Considerações Finais

Os vários processos que levaram ao golpe contra a democracia pelas classes dominantes no Brasil formaram um corpo, logo após a tomada do Aparelho do Estado, dentro deste foram moldando vários aspectos, entre os mais destacados estão o econômico e também o social. A dependência da economia e as questões relacionadas a sociedade constituem o legado trágico que o período ditatorial nos deixou.

Nas questões relacionadas ao papel da imprensa, diversos trabalhos abordam a sua participação decisiva no momento da tomada de poder em 1964. No que diz respeito ao posicionamento do jornal “O Estado do Maranhão”, nos anos de governo do primeiro presidente civil após a Ditadura, José Sarney, vemos que o posicionamento de seu editorial está, de maneira clara, aliado com os interesses dos que participaram do projeto da Transição, tanto pelas leituras críticas a respeito do período, quanto por uma própria avaliação das medidas tomadas ao longo desse período, é perceptível uma

defesa de pontos que muitas vezes dizem respeito a interesses da classe dominante. O jornal estaria, portanto, atuando como meio difusor das idéias que fazem parte de um projeto de transição, pactuado e fazendo também seu papel de aparelho privado de hegemonia, na construção do consenso, com o intuito de naturalizar o projeto hegemônico.

Referências Bibliográficas

I) Fontes Documentais

Jornal "O Estado do Maranhão" nos anos de 1985-1989. Disponível: na Biblioteca Pública Benedito Leite. Localização: REG 418 M/R 406-509. São Luís.

II) Obras Gerais

ALVES, Maria Helena Moreira. **Estado e Oposição no Brasil (1964-1984)**. 1984, Editora Vozes. Petrópolis, RJ.

CASTRO, Celso. D'ARAÚJO, Maria Celina. "Democracia e forças armadas no Brasil da nova república: balanço de uma pesquisa". In: ABREU, Alzira Alves de (org.) **A democratização no Brasil: atores e contexto**. Rio de Janeiro: FGV, 2006. 200p.

COUTINHO, Carlos Nelson. Gramsci. **Um estudo sobre seu pensamento político**. Rio de Janeiro: campus, 1989

DREIFUSS, René Armand. **1964: A conquista do Estado. Ação política, poder e golpe de classe**. Petrópolis, Editora Vozes, RJ.

LEMOS, Renato. Anistia e crise política no Brasil pós-64. **Topoi**, Rio de Janeiro, dezembro 2002, pp. 287-313.

LINZ, Juan J. **A transição e a consolidação da democracia- a experiência do sul da Europa e da América do sul**. São Paulo: Paz e terra, 1999.

PADRÓS, Enrique Serra. (2007). América Latina: Ditaduras, Segurança Nacional e Terror de Estado. **Revista História e Lutas de Classe**, ano 3- edição nº 4. pag.49.

REIS, Daniel Aarão. "O Colapso do colapso do populismo ou a propósito de uma herança maldita". In: FERREIRA, Jorge (org.). **O populismo e sua história: debate e crítica**. Rio de Janeiro: civilização Brasileira, 2001.

SALLUM, Brasília. **Labirintos. Dos gerais à nova república**. São Paulo: Hucitec, 1996.

VILLELA, André. "Dos anos Dourados de JK à Crise não resolvida (1956-1963)". In: GIAMBIAGI, Fábio. **Economia Brasileira Contemporânea (1954-2004)**. Rio de Janeiro: Elsevier, 2005.